Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP)

Aos vinte e quatro do mês de janeiro de dois mil e vinte quatro, às nove horas e meia, foi realizada no Chalé Francês, sito à Av. Dr. Afonso Vergueiro, s/n, Centro, Sorocaba-SP, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP). Deu-se início à reunião com a verificação da presença, tendo presente cinco (5) conselheiros titulares, um (1) conselheiro suplente e seis (6) convidados, conforme assinaram a lista de presença anexa a esta ata. Streb inicia a reunião, a qual foi lida a Ata da reunião anterior e aprovada por todos. Streb então apresenta os conselheiros e os visitantes presentes na reunião. Dom Inácio do Mosteiro de São Bento se apresenta, e registra seu desapontamento em relação ao tombamento do mosteiro de São Bento, sem a ciência de seus administradores e apresenta o restaurador João Rossi, qual Streb explica que o tombamento municipal seguiu o tombamento estadual, acrescentando-se apenas os imóveis da área envoltória, Streb explica, que a ordem estava ciente, Dom Inácio diz que não oficialmente. João Rossi explica que o Condephaat tombou o Mosteiro junto de outros mosteiros, e afirma que na época o Mosteiro foi consultado e manifestou-se favoravelmente em relação ao tombamento ocorrido em 1974, João explica que os beneditinos não foram consultados quanto ao tombamento municipal, e explica em relação ao tombamento municipal, várias características que no tombamento que ele julga como equívoco, inclusive porque o Mosteiro não foi restaurado mas sim reformado, tendo sido cometido vários equívocos durante esse processo de “reforma”, realizado pela Associação Amigos de São Bento, João apresenta os questionamentos do Condephaat em relação a essa reforma. Dentre essas a troca de materiais originais por materiais “novos” e de qualidade inferior, instalação de caixas d’água sobre paredes de taipa, explica que por isso as obras foram interrompidas, com isso o tombamento do mosteiro a nível municipal foi feito com base no imóvel descaracterizado, desconsiderando esses equívocos ocorridos durante o processo de reforma realizado erroneamente pela associação, muitas das ações sem consultar os monges; nesse sentido João

explica que eles responderam o Condephaat e a intenção é reverter parte da reforma; para tanto, seria também interessante rever o decreto municipal. Streb explica que o decreto pode ser alterado e é importante também que seja alterado o decreto estadual. João explica que a Associação sequer tem ligação com os monges atualmente, tendo excluído de seu corpo de membros os monges que no início participavam do mesmo. João explica que o conselho pode trabalhar junto da administração do Mosteiro num novo decreto de tombamento. Streb orienta que a administração do mosteiro se manifeste declarando que não foram notificados sobre o tombamento municipal, pedindo a revogação do decreto. Maíra explica que é importante que proprietários tenham essa consciência patrimonial. André explica que muitas pessoas pensam que Associação está ainda ligada diretamente à administração do mosteiro. Daniela pergunta se o Condephaat não acompanhou as obras durante a execução, João explica que Associação não enviou relatórios para o Condephaat em nenhum momento durante a execução do restauro, tendo sido feita visita apenas recentemente após todas as intervenções pontuadas. André informa que o secretário da cultura realizou uma visita no Mosteiro, quando foi cientificado dessas pontuações/intervenções, e André explica que solicitou o processo no dia com o intuito de interrompe-lo, porém, no mesmo dia o decreto foi promulgado. A vereadora Fernanda explica que o processo de tombamento tem uma função social além de patrimonial. Padre Tadeu reitera que além da construção em si, o mosteiro tem uma história e vida humana, inclusive sendo o único mosteiro do Brasil com vida ininterrupta desde sua fundação. Fernanda explica que a câmara também não estava ciente do ocorrido e do tombamento, senão tinham se manifestado. André orienta que João envie sua manifestação e ele fará um relatório explicando tudo e solicitando a revogação do decreto. Tiago da Guia, secretário da Secretaria de Habitação, inicia a segunda pauta e explica a necessidade de realizar intervenções do Palacete Scarpa devido a infiltrações no prédio e altas temperaturas durante o dia. Maíra explica que acha um pouco agressiva a solução, sendo irreversível. A solução seria inserir uma película na cobertura criando uma impermeabilização nas telhas, mantendo sua característica de inclinação e posicionamento. A vereadora Fernanda Garcia explica que é importante levantar essas questões para discutir-se, e afirma ser importante inclusive ela participar de reuniões como essa para aprender mais

sobre patrimônio e sua preservação. Streb explica que a intervenção solicitada não descaracteriza o prédio, e futuramente podem ser trocadas todas as telhas (francesas), mantendo-se sua tipologia. Streb cita exemplos de intervenções em vários imóveis em que os mesmos foram alterados, por exemplo, utilização de concreto no lugar de taipa de pilão, autorizado pelo próprio IPHAN, inclusive. Streb lembra que a solução proposta pela Secretaria de Habitação é preventiva e baseada na possibilidade do que a prefeitura pode realizar no momento. A vereadora Fernanda pergunta quanto vai custar essa intervenção, Tiago explica que a SEHAB ainda vai cotar, mas a secretaria tem R$150 mil reservado para isso. Os conselheiros concordam com a proposta, André diz que será feito um ofício do CMDP em resposta ao SEHAB no qual será solicitado que sejam emitidos relatórios durante o processo. Streb inicia a terceira pauta, que trata de imóvel situado à Rua Cesário Mota, 482, Centro, recentemente adquirido pela FACENS. Streb informa que notificou o proprietário sobre processo de tombamento (estudo) do imóvel. O proprietário respondeu que está ciente e solicitou prazo de 120 dias para responder/manifestar interesse sobre como pretenderão usar o local. O conselho concorda em ceder esse período aos proprietários. Streb inicia a quarta pauta e explica que foi solicitado ao conselho autorização para realizar intervenções emergenciais na Capela João de Camargo, por ser tombada. André informa que esteve lá domingo e no mesmo dia elaborou resolução de autorizando intervenções no local, o qual foi protocolado junto à administração da Capela na segunda-feira, logo cedo. Daia explica que o local de construção da Capela, apesar do córrego, é importante para os membros religiosos atrelados às religiões de matriz afrodescendentes, explica sobre a importância do acervo e documentos constantes no local, que devem ser preservados. Daniela pergunta se o acervo é tombado, André explica que não, apenas a capela, em GP 1. Os conselheiros discutem questões que têm afetado a capela no decorrer dos anos, além de chuvas e alagamentos do córrego aos fundos da construção, e dos veículos que passam diariamente na avenida, agravantes para o prédio, que é de taipa. Daia diz que é importante que sejam realizadas intervenções com caráter emergencial no entorno da Capela. Vereadora Fernanda Garcia diz que conselho deve participar junto à administração da Capela, auxiliando com seus técnicos. Ela diz que a prefeitura pode inclusive contribuir diretamente para o restauro do local, pois, a despeito

de ser particular é um bem tombado e de grande importância patrimonial e histórica para a cidade. Streb explica que conselho pode auxiliar aprovando o projeto e propostas de intervenções de restauro do local. Streb explica que a capela é tombada em Grau de Preservação 1, o mais restrito, Daniela informa que no site da prefeitura existe a cartilha de patrimônio que explica detalhadamente o que é cada grau de tombamento. Maíra pergunta se o conselho pode auxiliar a intervir junto à prefeitura (SERPO, SAAE, etc) solicitando manutenções na área (vias, córrego etc.), Daia e Fernanda explicam que há uma comissão que está tratando/ acompanhando essa questão. A reunião é finalizada sem mais novidades e pautas e, não havendo nada mais a tratar, eu, André Mascarenhas, lavro a presente ata, que será lida e assinada por quem de direito.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE MASCARENHAS
Data: 05/11/2026 08:51:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

André Mascarenhas
Secretário do CMDP